

12 NOV 1987

12 NOV 1987

avc p 3

Um país sob suspeita ESTADO DE SÃO PAULO

A expulsão das empresas estrangeiras que operam há algumas décadas na comercialização de derivados de petróleo, aprovada pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, não interessa ao País. Na verdade, nunca interessou. E isso, por dois motivos: primeiro, porque será necessário extrair da poupança nacional (ou buscar empréstimos caros no Exterior) recursos estimados em um bilhão de dólares para a aquisição dos bens das quatro empresas que seriam atingidas. Segundo, porque a ampliação do grau de nacionalização em qualquer setor de atividade econômica, principalmente quando não diretamente ligado à segurança nacional, apenas afastará ainda mais os relutantes investidores externos, que já vêem o Brasil com desconfiança mas poderiam trazer recursos de que o País tanto carece e só obtém a um custo elevado.

Há outro aspecto econômico que precisa ser levado em conta: algumas dessas empresas atingidas estão investindo maciçamente no Brasil, como é o caso, por exemplo, da Shell, que já aplicou cerca de um bilhão de

dólares em vários setores, como petroquímica, mineração, produção e exportação de alumínio, entre outros. Além disso, essa empresa assinou recentemente contrato de risco para explorar as reservas de gás, que ela mesma descobriu na bacia de Santos, onde deverá investir pelo menos mais 300 milhões de dólares. Segundo os técnicos da Petrobrás, esse foi um contrato altamente benéfico para a empresa estatal, pois irá comercializar o gás de Santos sem risco algum. A decisão da Comissão de Sistematização poderá inviabilizar tais investimentos, que terão de ser feitos com recursos nacionais, de que o País não dispõe no momento e não irá dispor livremente ainda por muito tempo.

Quais as conseqüências mais inevitáveis desse gesto? A primeira que mencionam é imediata e já deve estar sendo sentida pelo governo brasileiro: um recuo das empresas internacionais que pretendiam investir aqui. Nova "reserva nacional", agora na venda de querosene, gasolina e óleo diesel, representa elemento perturbador nas relações com essas empresas que têm outras opções

mais atraentes para aplicar seus recursos. Mesmo que o plenário da Constituinte rejeite essa proposta absurda, os efeitos negativos da medida não poderão ser anulados, pelo menos a curto prazo. Ninguém investe em um país que pode, no correr da noite, adotar medidas tão radicais como essa. Ficarão sempre, pelo menos, a suspeita. E, ao lado da suspeita, a cautela, que resulta em imediata suspensão de qualquer decisão de investimento no país das reservas de mercado.

Há outra conseqüência, igualmente grave: certamente caberá à Petrobrás adquirir a maior parte dos 11 mil postos que pertencem às quatro empresas (é verdade que uma, a menor de todas, está de saída voluntariamente e deve negociar suas instalações por 200 milhões de dólares). Onde a Petrobrás, que vive dias dramáticos e está cortando investimentos prioritários da ordem de 500 milhões de dólares em pesquisa e produção, irá buscar recursos? Vai deixar de produzir petróleo para vender gasolina? Neste sentido, a nova direção da empresa tem mostrado gran-

de realismo e objetividade, rejeitando publicamente a idéia do monopólio estatal da comercialização de derivados de petróleo. O dinheiro disponível, que já é escasso, afirma a Petrobrás, deve destinar-se à pesquisa e produção. Qualquer desvio desta meta essencial irá afastar ainda mais a concretização do objetivo primordial e da razão de ser da empresa — e do monopólio estatal —, de o Brasil chegar à auto-suficiência do abastecimento de petróleo. A Petrobrás precisa investir pelo menos 2,5 bilhões de dólares por ano, dinheiro que não tem, arrasada que está pela irracional política de preços do governo federal.

Como se vê, a decisão da Comissão de Sistematização é altamente nociva, e até mesmo nefasta, para toda a economia, além de apresentar um extraordinário grau de irracionalidade.

Infelizmente, qualquer que seja a palavra final do plenário da Constituinte, o mal já está feito. O Brasil da reserva de mercado da informática e da ameaça à indústria de química fina é um país sob suspeita no Exterior.